

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA ECONOMIA NA LUSITANIA ROMANA

Apresentam-se neste estudo algumas reflexões sobre o papel de uma das mais enigmáticas famílias da classe equestre da Lusitânia romana, os Cornelli Bocchi, e da sua provável implicação no comércio atlântico. Directamente relacionada com esta problemática constata-se a existência de um fenómeno de complementaridade e imitação dos produtos lusitanos relativamente aos béticos (no contexto das produções “precoces” recentemente documentadas na Lusitânia).

Questiona-se ainda a ausência de modelos interpretativos sobre a economia e o comércio atlântico na Lusitânia romana, apesar das informações contidas nas fontes escritas e dos dados fornecidos pela arqueologia. Nesta perspectiva, apresenta-se a ideia da existência de um sistema de mercado de tipo híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal, direccionado para o abastecimento dos exércitos e dos núcleos de mineração do ouro directamente explorados pelo Estado.

Palavras-chave: Lusitânia; Cornelli Bocchi; comércio atlântico; sistema de mercado híbrido; sistema anonário.

In this paper we present some reflections on the role of one of the most enigmatic families of the equestrian class of the Roman Lusitania, the Cornelli Bocchi, and on their probable involvement in the Atlantic trade. Directly related to this issue, we report the existence of a phenomenon of complementarity and of imitation of the Lusitanian products in relation to the Baetic ones (regarding the “early” productions recently documented in Lusitania)

We also question the absence of interpretative models regarding the economy and the Atlantic trade in the Roman Lusitania although there is information from the written sources and from the data provided by the archaeology. In this way, we put forward the idea that there was a system of hybrid market, in charge of private people, together with a true anony system of state nature, directed to the supply of the armies and of the gold mining nuclei directly exploited by the state.

Key words: Lusitania; Cornelli Bocchi; system of hybrid market; anony system

OS CORNELII BOCCHI E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA E O COMÉRCIO DAS SALGAS E PREPARADOS DE PEIXE NA LUSITANIA

Uma das mais enigmáticas famílias da Lusitânia romana está representada pelos *Cornelli Bocchi*, uma proeminente *gens* da classe equestre referida em inscrições documentadas em Tróia de Setúbal, em Alcácer do Sal (*Salacia*) e em Lisboa (*Olisipo*).

Ao todo conhecem-se seis inscrições que evocam três

gerações distintas: Caio, Lucio filho de Caio e Lúcio filho de Lúcio.

A indicação da primeira geração estava assinalada num fragmento de uma placa honorífica, hoje desaparecida, recolhida em Tróia de Setúbal (CIL II 5184, IRCP 207¹), dedicada a um *Cornelius Bocchus* da segunda geração (Lúcio, filho de Caio), cuja actividade mais importante se supõe terá decorrido durante o período de Augusto, tendo em conta a menção à III legião Augusta (Diogo, Trindade 1999). A este personagem da segunda geração estava dedicada uma outra inscrição

(CIL II 35, IRCP 185²), igualmente desaparecida, provavelmente uma base de estátua, mandada edificar pela Colónia Scallabitaná em Alcácer, no local de residência do homenageado, certamente pelos serviços que prestou à cidade.

Da terceira geração, a de *L. Cornelius Bocchus*, conhecem-se duas importantes inscrições: uma (*FE*, 60, 1999, n.º 275³) há poucos anos encontrada nas termas dos Cássios, em *Olisipo* (vd. Diogo, Trindade 1999), muito provavelmente correspondente à base de uma estátua, mandada erigir em sua homenagem por decreto dos decurhões daquela cidade; e outra (CIL II 2479 e 5617, IRCP 189⁴), de novo recolhida em Alcácer do Sal, pertence a uma placa monumental de um edifício que este teria mandado construir na sua cidade. Pela ordem apresentada, uma inscrição completa a outra.

Está assim bem documentado o *cursus honorum* deste personagem de terceira geração: pertencente à ordem equestre teria iniciado a sua actividade pública como tribuno militar da VII Legião Augusta, seguido do cargo de *praefectus fabrum* por cinco vezes consecutivas; posteriormente cessa essa sua actividade como oficial e regressa a *Salacia*, sendo eleito por duas vezes edil (duúnviro) do município obtendo mais tarde os sacerdócios perpétuos enquanto flâmine e pontífice; no topo da sua ascensão figuram outros dois cargos que superam o âmbito municipal da sua promoção social, ao ser eleito *flamen* da província da Lusitânia e, por fim, duas vezes *praefectus Caesarum*, fazendo-se substituir, enquanto tal, aos membros da família imperial no evergetismo da cidade (González Herrero 2002: 33-57; 2004⁵: 365-384). Apesar do estado de fragmentação desta placa que não permite ver a menção ao tipo de prefeitura que este personagem teria assumido enquanto *praefectus Caesarum*, ou seja, se *duumvir* ou *quattuorvir*, é possível que se trate da primeira, tendo em conta uma outra placa⁶ muito fragmentada também encontrada em Alcácer onde se lê, para além do *praenome* Lúcio e do flaminato, a referência ao duúnvirato.

Se atentarmos na análise do *cursus honorum* dos *Cornelli Bocchi* da segunda e terceira gerações constatamos que ocuparam carreiras idênticas: ambos seguiram a primeira milícia equestre, pertencendo, respectivamente, à III e VII Legião Augusta, e acabaram por superar o âmbito municipal da sua promoção social, através do flaminato provincial, exercendo a mais alta autoridade, depois do governador.

Como oportunamente salientou Marta González Herrero (2002: 54-55; 2004: 365-384), trata-se, na verdade, dos primeiros flâmines provinciais hispano-romanos que exerceram a carreira militar equestre no período júlio-cláudio.

Os motivos para tal ascensão são certamente variados. Gostaríamos de destacar a importância das suas funções na

carreira equestre enquanto membros, respectivamente, da primeira milícia da III e da VII Legião Augusta. Nesta tarefa –enquanto assistentes pessoais de um magistrado *cum imperium*– teriam certamente exercido funções não exclusivamente militares (Welch 1995: 144), sendo possível pensar-se num tipo de carreira mista a nível municipal e militar (Dobson 1966: 68, nota 41).

Mas do *cursus honorum* destes personagens parece-nos de destacar o percurso de *L. Cornelius Bocchus* enquanto perfeito dos artífices, cargo que exerceu por cinco vezes consecutivas!

Na verdade, se compararmos com outros personagens que nos finais da república e primeiras décadas do império ocuparam o mesmo tipo de cargos, em especial o cargo de *praefectus fabrum*, leva-nos a supor uma estreita relação de *L. Cornelius Bocchus* com as actividades económicas e comerciais. Estaríamos, então, na presença de um cargo que ainda seria uma *reminiscência* do papel exercido pelos *praefecti fabri* do período tardo republicano que, entre outras tarefas de carácter económico, eram responsáveis pelo abastecimento dos exércitos em campanha.

Um dos melhores exemplos que conhecemos para o período tardo-republicano corresponde ao papel exercido pelo gaditano *L. Cornelius Balbus*. Como, por diversas vezes, fez salientar C. Carreras Monfort (vd., em particular, 2006: 172-173), este personagem esteve inequivocamente associado ao processo de conquista do nosso território: ainda muito novo colaborou com *Cn. Pompeu* e seu comandante *C. Memmius* na sua luta contra Sertório (79-71 a.C.), disponibilizando-lhes mantimentos para o abastecimento por mar dos exércitos em campanha (estando, talvez, na origem da concessão da sua cidadania em 72 a.C.). Mais tarde, seria a vez de Júlio César, que em 68 a.C., na qualidade de questor da Hispânia Ulterior, sob o comando de *C. Aristius Vetus*, se torna seu amigo íntimo, para mais tarde, em 61 a.C., já na qualidade de *propraetor*, lhe confiar o cargo de *praefectus fabrum*, com a responsabilidade de abastecer os exércitos e dar apoio logístico. Assim se entende a presença da frota gaditana, com c. de 80 a 90 embarcações, responsáveis pelo transporte das tropas de Júlio César até *Brigantium* (Corunha), para completar a conquista do Noroeste peninsular (Dio. 37, 52-53; Zon. 10.6, apud. Carreras Monfort 2006). O sucesso desta intervenção teria-lhe assegurado a manutenção deste cargo durante as campanhas de Júlio César na Gália (Cic. Balb. 63, apud. Carreras Monfort 2006).

Mais tarde, em 40 a.C., em data coincidente com o bloqueio de Sexto Pompeu dos cereais da Sicília a Roma, já Cornelio Balbo fazia parte do consulado romano, tornando-se um fiel conselheiro do futuro *princeps* e, em data da sua

morte (32 a.C.), possuía uma das maiores fortunas do principado romano.

Naturalmente que não advogamos para *L. Cornelius Bocchus* o mesmo tipo de protagonismo, nem que o cargo exercido por cinco vezes consecutivas de *praefectus fabrum* tenha estado exclusivamente relacionado com o abastecimento dos exércitos; julgamos apenas tratar-se de um cargo cuja responsabilidade seria a de uma espécie de assistente do procônsul ou pretor responsável pela província.

De facto, como se sabe, uma das medidas de Augusto em 27 a.C. foi exactamente centralizar o poder imperial através dos novos cargos equestres; o alcance desta medida significou a perda gradual de poder das *societates publicanorum* e do papel exercido pelos *praefecti frabri*, a favor dos agentes imperiais, os *procuratori augusti*, responsáveis pela colecta dos impostos nas províncias imperiais, alguns deles relacionados com os exércitos. Segundo sugere J. Remesal Rodríguez, a responsabilidade de estabelecer o equilíbrio entre o *fiscus* das províncias senatoriais e imperiais caberia agora ao *praefectus annonae*, responsável pelas transacções entre os comerciantes (*mercatores, naviculari*) e o estado, através de um pagamento pelo serviço prestado (*vecturae*) (Remesal Rodríguez 1986).

Estamos assim perante um momento de mudanças que, como qualquer outro tipo de reformas de longo alcance, se foi estruturando, de modo paulatino, a favor de uma maior concentração do poder imperial.

Como prova destas transformações, mas igualmente da continuidade das formas de clientelismo das famílias poderosas relacionadas com as actividades comerciais e sua promoção social, temos a figura de *Balbus*, o Jovem, sobrinho de *Cornelius Balbus*. E este personagem serve para enquadrar a importância do nosso *L. Cornelius Bocchus*, quer pela proximidade temporal, quer pelo tipo de cargos que assumiu no contexto do evergetismo que ambos teriam assumido. Relativamente a *Balbus* sabemos que assumiu um cargo em Cádiz (44 a.C.) a propósito do qual teria iniciado inúmeros projectos de construção (Cic. Fam. 10.32, apud. Carreras Monfort 2006), tendo, mais tarde, sido responsável pelo alargamento do porto e de suas infra-estruturas (Estrabão 2.5.14; 3.5.3, apud. Carreras Monfort 2006).

Em ambos os casos se deve destacar que estávamos perante um dos mais florescentes períodos em termos económicos e de promoção social: os finais do período tardo-republicano e os inícios as primeiras décadas do período imperial.

Como bem soube salientar Manuel Salinas de Frias (1995: 162), no seu estudo intitulado *El Gobierno de las Provincias Hispanas durante la República Romana* (218-27 a.C.), a rápida ascensão social ficou-se a dever a diferentes factores, entre os quais:

- a duração das guerras e a importância da actividade militar e dos efectivos nelas destacados;
- a rentabilidade do seu domínio por via da sobreexploração económica dos seus recursos, mineiros sobretudo; e as possibilidades de enriquecimento pessoal e de influência política conferidas a quem exercesse com êxito as suas funções.

Neste sentido, *L. Cornelius Bocchus*, à semelhança certamente de seu pai, teria sido responsável pelo abastecimento das populações autóctones situadas em locais costeiros na fachada atlântica, e talvez, numa maior escala, directamente implicado nos circuitos comerciais da rota atlântica e do abastecimento aos exércitos nas primeiras décadas do período imperial.

O aparecimento das inscrições em Tróia de Setúbal, em Alcácer do Sal e em *Olisipo* coloca problemáticas extremamente interessantes para o estudo da economia na Lusitânia romana nos inícios do período imperial. De facto, se relacionarmos os *Cornelii Bocchi* com as actividades comerciais e em particular com o mundo das ânforas, como alias recentemente sugeriu José de Encarnação (2004), teríamos que os relacionar com a indústria e exportação de preparados de peixe. Esta proposta, já avançada por Dias Diogo e Laura Trindade a propósito da inscrição de *Olisipo* (FE 1999, nº 275), parece, de facto, muito sugestiva.

Neste aspecto é de particular interesse a descoberta da inscrição em Tróia de Setúbal, não só pela sua relação de proximidade com Alcácer do Sal, local de residência dos *Cornelii Bocchi*, mas pelo facto de podermos estar na presença dos primeiros proprietários e impulsionadores do maior complexo industrial de preparados piscícolas do Império Romano, cuja importância e vastidão está longe de ainda ser conhecido.

A cerca de quarenta quilómetros a Sul de Lisboa e do estuário do Tejo, Tróia, em época romana uma ilha, estende-se ao longo do estuário do Sado, por mais de dois quilómetros de largura, numa estreita península ladeada pelo mar e pela margem esquerda do rio, beneficiando de uma situação única para a expansão da indústria de salgas e de preparados de peixe (vd. em especial, Etienne, Makaroun, Mayet 1994).

Como acabamos de referir, na sua proximidade, situava-se um dos mais importantes aglomerados urbanos de época romana, Alcácer do Sal, a antiga *Salacia* dos romanos e local de residência dos *Cornelii Bocchi* que, pela sua situação privilegiada na margem direita do Sado, atraiu desde épocas remotas os comerciantes, como se testemunha pela presença de vestígios datáveis do século VII a.C. em diante (Etienne, Makaroun, Mayet 1994). De modo a abastecer este enorme complexo industrial foram sendo criados centros produtores

de ânforas, particularmente distribuídos ao longo da margem direita do Sado, entre os quais se destacam, de montante para jusante, os seguintes: Barrosinha, Bugio, Enchurrasqueira, Abul, Pinheiro, Quinta da Alegria e Setúbal (Mayet, Schmitt, Silva 1996; Mayet, Silva 1998; Mayet, Silva 2002; Mayet, Silva 2005). A riqueza de pescado e a abundância de sal, explorado, pelo menos, desde a proto-história, fizeram desta região um dos principais fornecedores de produtos piscícolas do mundo romano.

A associação dos *Cornelli Bocchi* aos inícios e preparação do maior complexo industrial situado em Tróia, não está, certamente, ausente de discussão. Na verdade, de acordo com os dados até à data disponíveis, este complexo industrial apenas parece ter começado a laborar a partir de meados do século I em diante (Etienne, Makaroun, Mayet 1994, p. 30). A ser assim deveríamos afastar a relação dos *Cornelli Bocchi* com tal empreendimento industrial. Pensamos, todavia, o contrário. As ausências que até à data foram registadas não são indicadoras imediatas dos inícios destas actividades no Sado e, em particular, em Tróia. Na verdade, a complexidade e a importância que este centro industrial irá adquirir no Império Romano, são certamente indicadores de uma fase inicial, pelo menos a partir do reinado de Augusto, não só a nível dos processos industriais de tratamento das salgas e dos preparados de peixe mas também no que diz respeito à produção anfórica.

Neste sentido, é mais que sugestiva a recente identificação de fragmentos de ânfora de produção Lusitana encontrados em contextos datáveis do período de Augusto e com características morfológicas afins às produções béticas dos finais do período tardo-republicano e inícios do período imperial reveladoras de um fenómeno de complementaridade e de imitação dos produtos lusitanos relativamente aos béticos (Morais 2003: 36-40; Morais, Fabião 2007: 127-133).

Um dos aspectos reveladores da complexidade desta problemática está, por exemplo, presente no centro produtor situado mais a norte, no local do Morraçal da Ajuda, em Peniche (Cardoso, Gonçalves, Rodrigues 1998: 178-179; Cardoso, Rodrigues 2002: 83-102). Aí se produziram ânforas inspiradas nas produções tardo-republicanas da bética (ovóides e afins às formas Haltern 70 e, genericamente, ao tipo Dressel 7 a 11), a par com produções de cerâmicas comuns finas, algumas das quais imitam produções de paredes finas e de *sigillata* itálica datáveis do período de Augusto.

O interesse deste centro produtor acresce pelo facto de aí se ter documentado a existência de marcas com *tria nomina* (*L. ARVEN. RVSTICI* = Lúcio Arvénio Rústico), revelando, entre outros aspectos, de que este centro oleiro estaria associado a um cidadão romano (Fabião, Guerra 2004).

Mas talvez a questão possa ter um grau de complexidade ainda maior. Assim o parece demonstrar a recente descoberta de um pequeno centro produtor de ânforas afins às formas Haltern 70 e variantes mais pequenas desta forma (de tipo ovóide) na capital provincial da Lusitânia, Mérida (Alba Calzado, Méndez Grande 2002: 375-409).

Em comum têm estes centros produtores o facto de se tratarem de indústrias relativamente modestas que se aventuraram na produção e imitação de ânforas destinadas a uma comercialização local e regional mas que certamente teriam beneficiado da relativa proximidade das grandes áreas produtoras de produtos piscícolas e de contentores.

A AUSÊNCIA DE UM MODELO INTERPRETATIVO...

As reformas de tipo administrativo protagonizadas por Augusto, ainda que facilmente depreendidas a nível conceptual, necessitam, a nosso ver, de um enquadramento ao nível do registo arqueológico, em particular da cultura material.

Entenda-se: não por ausência de registos, especialmente ânforas, dadas a conhecer por excelentes trabalhos de investigação da parte dos nossos colegas espanhóis e, felizmente, também entre nós. O problema coloca-se a nível interpretativo. Como explicar, por exemplo, a presença destacada de ânforas de origem bética no contexto do abastecimento atlântico, em particular das ânforas Haltern 70 (vd. Morais, Carreras 2003: 93-112), a par de uma fase inicial de experimentação e de cópia de modelos importados da bética (vd. Morais 2003: 36-40; Morais, Fabião 2007: 127-133), que se traduz nas primeiras produções de ânforas nas bacias dos rios Tejo e Sado e, mais a norte, na recente descoberta da produção de época de Augusto de ânforas em Peniche?

Sobre estas questões temos realizado alguns trabalhos que têm reforçado dois pontos sobejamente conhecidos e glosados nos estudos sobre estas temáticas: o contributo dos gaditanos e, conseqüentemente, da cidade de Cádiz no contexto das campanhas romanas na fachada atlântica a partir do último terço do século II a.C. (Morais 2007a: 99-132), e os exemplos das produções béticas e lusitanas nos respectivos locais de recepção e de consumo (Morais 2007b: 267-280; Morais no prelo).

DUAS FASES DE UM MESMO ITINERÁRIO.

No primeiro estudo, após uma análise cruzada das fontes literárias e os dados da cultura material proporcionados pela arqueologia, fizemos evidenciar a existência de duas fases distintas, a que chamamos, precisamente, “duas fases distin-

tas de um mesmo itinerário”. A este propósito –com acento tónico na perspectiva da valorização da importância dos gaditanos–, a **primeira fase**, situada entre o terceiro quartel do século II a.C. e os meados do século I a.C., está directamente relacionada com as primeiras campanhas militares itálicas na fachada atlântica e a conseqüente hegemonia dos produtos itálicos (leia-se o monopólio por *publicani* itálicos) no contexto do abastecimento aos exércitos e das populações itálicas e indígenas da província, e a importância das elites gaditanas que, por obrigação ou interesse, estão implicados neste processo; a **segunda fase**, situada entre os meados do século I a.C. e o período de Augusto (ainda que decorrente do processo de conquista e pacificação do território), é apresentada como um ponto de viragem fundamental no contexto da economia e comércio do mundo antigo. Trata-se, como por diversas vezes foi realçado em diferentes trabalhos de autores que se têm dedicado a esta temática (com especial destaque para os últimos estudos de C. Carreras Monfort), de um momento em que este território passa a estar implicado numa economia de mercado, pensada à escala do império, fruto da intensificação do tráfego marítimo e da paulatina “romanização” dos territórios provinciais, como resultado da descentralização económica e política a par da reorganização administrativa das províncias no período de Augusto.

Apesar da homogeneidade da cultura material verificada nestas duas fases para a zona costeira entre a região do vale do Tejo e a actual Corunha, se levarmos em consideração os padrões quantitativos de distribuição obtemos duas realidades diferentes: uma maior concentração de achados no sul e no litoral, do que no norte e interior (Fabião 1998: 176). Este fenómeno é facilmente previsível e explicável dado que o processo de conquista se efectuou de sul para norte e preferencialmente realizado ao longo da fachada atlântica.

Como se pode verificar nos dados disponíveis, os materiais associados à **primeira fase** concentram-se preferencialmente na zonas centro e sul do actual território português, escasseando à medida que nos deslocamos para norte (Fabião 1989; 1998: 169-198; Paiva 1993; Arruda, Almeida, 1998: 201-231; 1999: 307-337; Luís Luís 2003: 363-382; Pimenta 2003: 341-362; 2005) e costa galega (Naveiro López 1991).

Na **segunda fase**, entre os meados do século I a.C. e os inícios do período imperial, os padrões quantitativos de distribuição de materiais tende a atenuar-se, em consequência da multiplicação das importações peninsulares, com destaque para os produtos de origem bética. Trata-se de uma época em que se assiste ao florescimento do comércio em todo o império e se dá uma inversão das tendências exportadoras, traduzidas numa gradual substituição dos produtos itálicos

pelos produtos fabricados nas províncias (Tchernia 1986: 140-46 e 153-58). Um dos fenómenos de maior realce no espaço correspondente às zonas costeiras do actual território português e costa galega, é a hegemonia dos produtos béticos, em particular das ânforas Haltern 70. Como tivemos oportunidade de constatar a propósito da distribuição desta ânfora no Império romano, esta ânfora encontra-se particularmente bem representada em todo o percurso costeiro da fachada atlântica, em particular na área compreendida entre o rio Douro e as rias baixas galegas (Morais, Carreras Monfort 2003: 93-112).

UM SISTEMA DE MERCADO DE TIPO HÍBRIDO

A propósito do estudo de ânforas recolhidas em núcleos populacionais de época romana no Noroeste peninsular –que funcionaram como enclaves marítimos de recepção, consumo e centro de redistribuição de produtos–, constamos a existência de um **sistema de mercado de tipo híbrido** (Morais 2007b: 267-280; Morais no prelo), relacionado com a comercialização das ânforas Haltern 70, num sistema baseado numa estreita relação das variáveis custos de transporte/etnicidade das populações.

Como resulta da análise do mapa de cálculo de densidades das ânforas Haltern 70 no Império romano (programa IDRISI 4.1⁷) –recentemente apresentado num estudo conjunto com César Carreras Monfort (Morais, Carreras Monfort 2003: 111)–, constata-se uma forte concentração destas ânforas na fachada atlântica e, como já referimos, em particular, no Noroeste peninsular.

Naquele estudo, sugerimos ter existido uma grande coerência entre aquelas densidades com as boas comunicações marítimas e fluviais, seguindo os itinerários que se dirigiam às explorações auríferas do Noroeste e os acantonamentos militares, e, como tal, preferencialmente destinadas ao abastecimento dos exércitos nas primeiras décadas do período imperial (Morais, Carreras Monfort 2003: 112).

Igualmente deveremos pensar no pressuposto de um sistema de abastecimento direccionado e a baixo custo na comercialização das ânforas Haltern 70, de acordo com o princípio da maximização de uma economia de mercado (vd. Dicken, Lloyd 1990: 181-184, apud. Carreras Monfort 1999: 94), apenas comparável ao sistema anónimo das ânforas Dressel 20.

Um argumento a favor de um sistema híbrido de mercado é-nos igualmente sugerido pelos nomes recolhidos nos *tituli picti* e em marcas de ânforas Haltern 70 e Dressel 20. Referimo-nos aos *tituli* com nomes de *Q(uinti) VRITTI REVOCATI* e *M. VALERI EVPHEMI* (Colls *et al.*, 1977; Mana-

corda 1977: 131, Fig. 1 [CIL IV, 9611]; Beltrán-Lloris, 2000a, p. 324; p. 331, nota 86) e às marcas CFVFAVITTI, presentes em ambas as tipologias (Carreras Monfort 2001: 425-442). Tal facto parece indicar, ainda que indirectamente, uma estreita relação entre as modalidades de produção destas ânforas e as características da produção agrícola e sua comercialização. Ou seja, à semelhança das ânforas Dressel 20, a produção de ânforas Haltern 70 teria obedecido a um claro projecto de exportação e implicado a criação de uma forma padronizada, produzida em grandes quantidades e em diferentes regiões da Bética, especialmente no vale do Guadalquivir.

A relação de complementaridade das ânforas Haltern 70 com as ânforas Dressel 20, parece, no entanto, estar presente mesmo antes da instituição do sistema anonário. Na verdade, é extremamente sugestiva a observação de C. Carreras Monfort (2003: 118), quando a propósito da forte concentração das ânforas Haltern 70 em Xanten no período de Agosto, refere que estas vão sendo gradualmente substituídas pelo aparecimento das primeiras ânforas olearias do tipo Dressel 20 “arcaicas”.

Nestas circunstâncias parece-nos de aceitar que, pelo menos a partir de Augusto, se criaram as condições necessárias para a manutenção de um sistema de abastecimento híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal que se iniciava com a comercialização das ânforas Dressel 20.

Os responsáveis pelo escoamento e comercialização dos produtos oleários béticos, que agora beneficiavam de um sistema de abastecimento aos exércitos e à cidade de Roma, criaram certamente condições para a manutenção de um sistema híbrido de abastecimento, mantendo a exportação de outro tipo de produtos (i.e. piscícolas, vinários e seus derivados) integrado ou não no regime estatal (como, por exemplo, parece constatarem outro tipo de ânforas béticas que têm vindo a ser recolhidas no *Testaccio*) (Carreras Monfort 1999: 91-98)⁸.

Na verdade, como se comprova pelos inúmeros vestígios recuperados em meio aquático e em escavações terrestres, continuavam a chegar às províncias grandes quantidades de produtos béticos⁹.

A situação apenas se altera quanto ao abastecimento das ânforas Dressel 20, ao longo da fachada atlântica e, em particular, no noroeste peninsular que, não sendo inexpressivas (vd. Fabião, 1993-94: 219-245), não atingem o volume documentado noutras paragens.

Esta questão, dada como insolúvel até à data (Morais 2005), pode ter uma explicação simples, exclusivamente relacionada com o sistema de abastecimento anonário: a rota atlântica –certamente intensificada com a conquista da *Bri-*

tannia e estrategicamente utilizada no abastecimento dos exércitos e das populações–, parece ter sido menos frequentada no que respeita ao abastecimento de azeite bético. Não se trata, naturalmente, de desvalorizar a importância desta rota, mas de apenas tentar perceber o porquê da presença proporcionalmente pouco significativa destas ânforas nesta região, quando comparada com as outras regiões beneficiárias das rotas tradicionais de abastecimento da *annonna*. Um estudo realizado por C. Carreras Monfort (2001: 425-442), a propósito da distribuição das marcas *C. SEMPRONI POLY-CLITI* e *III ENNIORVM IVLIORVM*, vem corroborar a opinião de que o aprovisionamento de azeite bético às legiões e à cidade de Roma estava estruturado com uma série de rotas previamente definidas, com destaque para as rotas de distribuição tradicionais que seguiam o eixo Reno-Ródano e o istmo gaulês e na direcção a Roma, o maior mercado de consumo da antiguidade.

Apesar dos dados que acabamos de expor, não devemos, todavia, desvalorizar a importância da rota atlântica no abastecimento das ânforas Dressel 20. Na verdade, como recentemente pudemos constatar (Morais 2007b), a propósito do estudo das ânforas recolhidas no povoado mineiro da Quinta da Ivanta (Valongo), associado ao couro mineiro da região Mineira do Douro (especialmente rico em filões auríferos transversais), as ânforas Dressel 20 estão proporcionalmente bem representadas, ultrapassando em muito a relação percentual destas ânforas no Noroeste peninsular.

Esta presença parece, de facto, corroborar a ideia aqui apresentada, já previamente explorada em estudo conjunto com C. Carreras Monfort (Morais, Carreras Monfort 2003: 112): a da existência de um sistema de mercado de tipo híbrido, a cargo de particulares, a par de um verdadeiro sistema anonário de cariz estatal, direccionado para o abastecimento dos exércitos e dos núcleos de mineração do ouro, directamente explorados pelo Estado.

EPÍLOGO

As problemáticas tratadas neste estudo, certamente discutíveis, servem (pelo menos), para demonstrar dois aspectos fundamentais da economia romana na antiga Lusitânia romana: se por um lado, está bem presente a relação de dependência relativamente à província da Bética, prematuramente inserta na órbita do poder romano, por outro lado, igualmente se testemunha o gradual poder de autarcia e capacidade económica da Lusitânia adquirida nos finais do período tardo-republicano e primeiras décadas do período

imperial. Ambos os fenómenos servem ainda para demonstrar que a divisão política e administrativa entre estas duas províncias, com a consequente divisão territorial, não se traduz ao nível da economia e do comércio, podendo-se, inclusivamente, pressupor uma espécie de fronteira “flutuante” e artificial que, em última análise, certamente convinha às famílias mais proeminentes que ocupavam semelhantes cargos políticos nestas províncias.

RUI MORAIS
rmorais@uaum.uminho.pt

NOTAS

1. [L(ucio) C]ornelio C(aii) f(ílio) / [B]occho / [flami]ni prouinc(iae) / [tr(ibunus)] mil(itum) leg(ionis) III (tertia) Aug(ustae).
2. [L(ucio) C]ornelio C(aii) [f(ílio)] Boccho / [fl]am(ini) pro[u]inc(iae) tr(ibunus) mil(itum) / [Co]lonia Scallabitaná / [ob etius] merita in cólon(iam).
3. L(ucio) Cornelio / L(ucii) f(ílio) Gal(eria) Boccho / Salaciensi / flaminii prouinc(iae) Lusitania[e] / praefecto fabrum V(quinquies) / trib(uno) mili(tum) leg(ionis) VII (septimae) / Aug(ustae) / d(ecreto) d(ecurionum).
4. [L(ucius) Cornelius L(ucii) f(ilius) Boc]chus praefectus Caesarum bis / [flam(en) prouinc(iae)? pon]t(ificus) per(etus) flamen / per(etus) / [dumuir aedilis?] II(bis) praefectus fabrum V(quinquies) tr(ibunus) mil(itum) / de s(ua) p(ecunia) f(ecit).
5. Neste estudo, intitulado *Prosopografia de praefecti fabrum originários da Lusitânia*, a autora reúne todos os personagens que, de acordo com a documentação epigráfica até à data conhecidos, exerceram este cargo nesta província.
6. IRCP 188.
7. Cálculo quantitativo das densidades de ânforas divididas por extensão da área escavada. Para uma discussão sobre a idoneidade deste método consultar Carreras Monfort (2000a, p. 45-62).
8. O conhecimento das ânforas mais antigas do Testaccio ainda está por realizar dado que ainda não se escavaram níveis do século I nem dos inícios do século II (Carreras Monfort, 2001, p. 425). É, no entanto, possível que nestes extratos venham a ser documentadas ânforas béticas ou de outras proveniências, à semelhança de outros registos coetâneos conhecidos no império romano.
9. A vitalidade deste comércio está também documentada em todo o percurso costeiro da fachada atlântica, com particular destaque para a manutenção da importação de grandes quantidades de Haltern 70 até ao período flávio (Morais e Carreras Monfort, 2003, p. 93-112; Morais, 2004, p. 545-565; Morais, 2005).

BIBLIOGRAFIA

- ALBA CALZADO, M.; MÉNDEZ GRANDE, G. (2002): Evidencias de industria paleolítica y de un alfar altoimperial en Augusta Emerita. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Memoria 8. Mérida, 375-409.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998): As Ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-1991). *Conimbriga* (37). Coimbra, 201-231.

- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999): As importações de vinho itálico para o território actualmente português. Contextos, cronologias e significado. *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Casa de Vélazquez. Madrid, 307-337.
- BELTRÁN LLORIS, M. (2000): *Mulsum* betico. Nuevo contenido de las ánforas haltern 70. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (UTAD, Vila Real, Setembro de 1999): Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto, 6, 323-344, Lam. I-III.
- CARDOSO, G.; GONÇALVES, J. L.; RODRIGUES, S. (1998): Forno romano de cerâmica descoberto em Peniche. *Al-madan* (7, II ser.), Almada, 178-179.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2001): A olaria romana do Morraçal da Ajuda. *A Presença Romana na região Oeste* (Bombarral 2001). Bombarral, 83-102.
- CARRERAS MONFORT, C. (1999): Misceláneas: las otras ánforas del Monte Testaccio. In BLÁZQUEZ, J. M^a; REMESAL, J. (eds.). *Estudios sobre el Monte Testaccio*. Barcelona, 91-98.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000): “Economía de la Britannia romana: La Importación de Alimentos”. *Collecció Instrumenta* (1). Universitat de Barcelona. Barcelona.
- CARRERAS MONFORT, C. (2001): Grandes rutas comerciales del aceite bético: reflexiones en torno a la distribución de los sellos C. SEMPRONI POLYCLITI y ENNIORVM IVLIORVM: Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma) II. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M^a; REMESAL RODRÍGUEZ, J. (eds.). *Collecció Instrumenta*. Barcelona, Universitat de Barcelona, 10, 425-442.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003): El producte envasat. Estat de la qüestió sobre els continguts de les Haltern 70. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc*. 5. Girona, 117-119.
- CARRERAS MONFORT, C. (2006): Transition of the military supply from the Late Republic to Augustan period: a case study of the NW of the Iberian Peninsula. *War and Territory in the Roman World* (Toni Naco & Isaías Arrayás, ed.). *B.A.R. int. ser.* 1530. Oxford, 169-178.
- COLLS, D.; ÉTTIENE, R.; LEQUÉMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977): L'épave Port-Vendres II et le commerce de bétique à l'époque de Claude. *Archeonautica*. I.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999): Homenagem a L. Cornelius Bocchus, encontrada nas Termas dos Cássios (Lisboa). *Ficheiro Epigráfico* (60). Coimbra, n^o 275.
- DOBSON, B. (1966): The praefectus fabrum in the Early Principate. *Britain and Rome. Essays presented to Eric Birley on his Sixtieth Birthday* (eds. DOBSON, B.; JARRET, M. G.). Kendal (Westmoreland). Wilson, 61-84.
- ENCARNAÇÃO, J. (2004): F. Bandeira Ferreira, Um labor de Epigrafista. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (ser. 122 - n^o 1-12). Lisboa, 111-120.
- ETIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994): *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Diffusion E. de Boccard, Paris.

- FABIÃO, C. (1989): *Sobre as ânforas do acampamento de Lomba do Canho (Arganil)*. UNIARQ / INIC (Cadernos de Arqueologia, 1), Lisboa.
- FABIÃO, C. (1993-94): O azeite da baetica na lusitania. *Conimbriga* (32-33). Coimbra, 219-246.
- FABIÃO, C. (1998): O vinho na lusitânia: Reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* (1:1). Lisboa, 169-198.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2002): Contribución al estudio topográfico de los equites lusitano-romanos: el *cursus honorum* del tribuno *Lucius Cornelius Lucci Galeria Buchus*. *Aquila Legionis* (2). Madrid, p. 33-57.
- LUÍS LUÍS, L. (2003): Ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia* (6:2). Lisboa, 363-382.
- MANACORDA, D. (1977): Anfore. *Ostia*. IV, 117-254.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996): *Les amphores du Sado: Portugal: prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998): *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Diffusion E. de Boccard, Paris.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002): *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2005): *Abul. Fenícios e Romanos no vale do Sado*. Setúbal.
- MORAIS, R. (2003): Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmphores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmphores ovoïdes de producció Lusitana. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc* (5). Girona, 36-40.
- MORAIS, R. (2004): Bracara Augusta: um pequeno "testaccio" de ânforas Haltern 70. Considerações e problemáticas de estudo. *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICA CAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a. C.-VII d. C.)* (Cádiz, Novembro 2003). B.A.R. Int. Ser. 1266. Oxford, 545-565.
- MORAIS, R. (2005): Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas* (2). UAUM/Narq, Braga.
- MORAIS, R. (2007a): A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península. *Humanitas* (59). Coimbra, 99-132.
- MORAIS, R. (2007b): As ânforas da Quinta da Ivanta. Um pequeno "habitat" mineiro em Valongo. *Conimbriga* (46). Coimbra, 267-280.
- MORAIS, R. (no prelo): *Durius e Lethes: dois percursos de um mesmo itinerário. Problemáticas em torno das ânforas Haltern 70*.
- MORAIS, R.; CARRERAS MONFORT, C. (2003): Geografía del consum de les Haltern 70. *Culip VIII i les àmfors Haltern 70. Monografies del Casc* (5). Girona, 93-112.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007): Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidad de Cádiz (Noviembre 2005). B.A.R. int. ser. 1686. Oxford, 127-133.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. L. (1991): El comercio antiguo en el N.W. peninsular. *Lectura Histórica del Registro Arqueológico. Monografías Urxentes do Museu* (5). Museu Arqueológico. Corunha.
- PAIVA, M. B. C. (1993): *Ânforas romanas de castros da fachada atlântica do norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, policopiado.
- PIMENTA, J. (2003): Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo da São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia* (6:2). Lisboa, 341-362.
- PIMENTA, J. (2005): As Ânforas Romanas do Castelo da São Jorge (Lisboa). *Trabalhos de Arqueologia* (26). Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (1986): *La Annona Militaris y la exportación de aceite bético de Germania*. Madrid.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (1995): *El gobierno de las provincias hispanas durante la República Romana (218-27 a.C.)*. Salamanca.
- TCHERNIA, A. (1986): *Le vin de l'italie romaine*. Roma.
- WELCH, K. E. (1995): The Office of Praefectus Fabrum in the Late Republic. *Chiron*. (25). München, 131-145.